

HISTÓRIA E VIOLÊNCIAS: *O ARQUIPÉLAGO*, DE ERICO VERISSIMO

Marinês Andrea Kunz

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Cláudia Santos Duarte

Doutoranda da Universidade FEEVALE

Resumo: O tema deste ensaio é a literatura e a forma como articula a refiguração do passado histórico e, nesse âmbito, relações de violência que perpassam o pretérito, mas que ainda alcançam o presente e projetam o futuro, com foco em *O Arquipélago*, última parte da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo. Nesse sentido, o objetivo é verificar de que modo a obra possibilita ao leitor refletir sobre o passado histórico, mediante distintos pontos de vista expressos no enlace narrativo, que igualmente permite perceber a violência que marca as relações humanas, seja na esfera privada, seja na pública. Perseguindo essa perspectiva, percebemos que esse volume da trilogia coloca em contraposição cosmovisões antagônicas, por meio, especialmente, do diálogo direto, em que a narrativa as “mostra”, pela performance das personagens, assim como também pelo fluxo do pensamento, especialmente de Rodrigo e de Floriano, mas também pelo *Diário de Sílvia* e *O caderno de pauta simples*.

Palavras-chave: *O Arquipélago*; Literatura; História; Violência.

Abstract: The theme of this essay is literature and the way it articulates the refiguration of the historical past and, in this context, relations of violence that pervade the past, but that still reach the present and project the future, focusing on *O Arquipélago*, the last part of the trilogy *O Tempo e o Vento*, by Erico Verissimo. In this sense, the objective is to verify how the work allows the reader to reflect on the historical past, through different points of view expressed in the tessiture of the narrative, which also allows one to perceive the violence that marks human relations, whether in the private sphere or in the public one. Pursuing this perspective, we realize that this volume of the trilogy puts antagonistic worldviews in opposition, especially through direct dialogue, in which the narrative “shows” them, through the performance of the

characters, as well as through the flow of thought, especially Rodrigo's and by Floriano, but also by *Do diário de Sílvia* and *Caderno de pauta simples*.

Keywords: *O Arquipélago*; Literature; History; Violence.

LITERATURA, HISTÓRIA E VIOLÊNCIAS

O texto literário engendra, pelo arranjo estético-composicional, um mundo possível que nos apresenta uma imagem da realidade em que vivemos. Não o faz, contudo, pela via da imitação como cópia, mas por meio do tratamento da linguagem a serviço de um olhar sobre o objeto representado, que, como afirma Valentin Volóchinov (2017), é já uma interpretação deste, ou seja, eivada de uma avaliação e, por conseguinte, ideológica, já que não há neutralidade no signo enunciado.

Ao fazê-lo, o texto literário apresenta uma visão de mundo ou visões de mundo em conflito, o que permite ao leitor a reflexão sobre o objeto da trama narrativa. Segundo Wolfgang Iser (2003), a trama narrativa nega o mundo em si e, pelo ato da duplicação, apresenta um mundo ficcional *como se*, ou seja, que deve ser considerado, no contrato de leitura, como verossímil. Não é, portanto, cópia, uma vez que o mundo textual não significa aquilo que diz, mas aponta para fora dele, enquanto o mundo empírico se transforma em metáfora de algo a ser concebido pelo leitor. O texto literário, dessa forma, tendo o mundo empírico como pano de fundo, orienta o leitor na atualização da narrativa ficcional.

Institui-se um jogo textual que convoca o leitor a preencher os vazios textuais, por meio do imaginário, na medida em que ele aceita o mundo ficcional como crível. Nesse movimento de leitura, a obra se constitui e o mundo ficcional possibilita ao receptor erigir uma imagem do mundo empírico. Logo, ao se instituir *como se fosse*, a narrativa literária permite o entendimento da vida a partir do fingimento ficcional.

Nesse engendramento narrativo, grande parte da produção literária se debruça sobre a História ao relatar ações possíveis no contexto de dado acontecimento empírico, como, por exemplo, no âmbito da literatura produzida no Rio Grande do Sul, a saga *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo; *A Ferro e Fogo*, de Josué Guimarães; *O Quatrilho*, de José Clemente Pozenato; *Videiras de Cristal*, de Luiz Antônio de Assis

Brasil, *Neto Perde sua Alma*, de Tabajara Ruas, e *Quem Faz Gemer a Terra*, de Charles Kiefer, entre muitas outras obras que poderíamos mencionar.

Irmanando-se ao discurso historiográfico, a literatura, entretanto, pela liberdade ficcional que lhe é concedida, pode adotar pontos de vista que, em virtude da falta de vestígios, a história tem dificuldades em apresentar. Nessa perspectiva, como já afirmava Aristóteles (2008), a poesia é mais filosófica do que a história, pois pode narrar o que pode ter acontecido – pelo *como se*, a partir de pontos de vista que variam do centro para a margem e da margem para o centro.

A narrativa ficcional e a historiografia são, destarte, constructos simbólicos que advêm do olhar e da subjetividade do homem, reveladas no arranjo discursivo. Como afirma Walter Benjamin, todavia, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como foi efetivamente’” (1992, p. 150), mas dá acesso a projeções sobre o passado, as quais constituem um “constructo de nossas mentes”, que é, “em princípio, tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não” (HOBSBAWN, 1998, p. 8).

Nessa relação fraterna, ambas contribuem para o não esquecimento das experiências pretéritas, contribuindo, assim, para que o hoje seja sentido como um prolongamento do ontem e para que o horror de outrora não se repita no presente, de modo que se esclareçam os filamentos que teimosamente ainda ligam os dois tempos. Ademais, permite que haja, por vezes, o des-silenciamento de vozes encobertas pelas brumas do passado, cuja audibilidade é considerada nociva e perniciosa para o estado de coisas instituído. (KUNZ, 2022, p. 127).

Nessa perspectiva, segundo as reflexões de Paul Ricoeur (1994), a ficção é quase história, e esta, quase ficção.

No diálogo entre história e literatura, sobressai a violência subjacente ao complexo e multifacetado processo colonizador do Brasil, que se estende até a atualidade de formas diversas, tanto no espaço rural quanto no urbano. Ao engendrar mundos possíveis, a literatura acaba por interpretar as relações sociais que, não raro, são violentas, revelando as redes de poder pelas quais nos constituímos enquanto nação. Essa perspectiva permite refletir sobre a sociedade brasileira quanto a suas Instituições, quanto à abismal desigualdade social, quanto ao racismo e à intolerância, por exemplo, que incidem sobre as relações de alteridade e sobre os destinos, principalmente, da população menos favorecida que vive à margem.

Em um país como o Brasil, que relativiza a escravidão e suas consequências e naturaliza atos violentos, a literatura é essencial para evidenciar a violência constituinte

e, portanto, para enfrentar de fato nossos problemas. Ettore Finazzi-Agró (2012, p. 80) afirma que

[...] se a violência representada chega, no fundo, a redefinir os nossos parâmetros éticos é porque ela continua sendo o inesperado habitando a nossa espera e apagando as nossas esperanças, tornando, aos poucos, normal aquilo que deveria, em princípio, ficar fora de toda norma humana.

A literatura, então, pode constituir-se em porta-voz daqueles que não são ouvidos, que são invisibilizados e sobre os quais paira a força do sistema seletivo e violento, como a força policial nas margens urbanas.

Esta violência tem raízes profundas que perpassam a história do Brasil desde o início de sua colonização. Fruto de relações híbridas, país de indígenas, brancos e negros, o Brasil alicerçou um espaço aberto à diversidade, contudo, manteve uma estrutura polarizada. Etnias mesclaram-se, embora o convívio nem sempre tenha se estabelecido a partir de laços pacíficos e respeitosos. Sob o desígnio da hegemonia europeia, situações acentuadamente opressoras edificaram-se no espaço nacional, gestando uma nação plasmada pela violência desde as origens.

O povo brasileiro levantou-se a partir de matrizes raciais díspares (Ribeiro, 1999), de tradições culturais distintas e de formações sociais defasadas que se enfrentaram e, simultaneamente, liquefizeram-se em um povo com características próprias. Dentre essas peculiaridades, dois traumas de notória agressão contribuíram para a sustentação da estrutura nacional: a colonização e a escravatura.

A colonização deixou marcas indeléveis na formação do Brasil. A partir da ação destrutiva do português, que impunha ao Outro o paradigma cultural europeu, saquearam-se riquezas nativas, violaram-se imaginários e extinguíram-se povos originários. A superioridade armamentícia - a privilegiada condição beligerante - favoreceu o domínio europeu, que se concebia predestinado por Deus a uma grande missão: agregar todos os homens numa só cristandade e comando. Daí o amparo, sob o viés autocrata, à existência de latifúndios, escravismos e outras formas de exploração humana e econômica. Tais fatos exemplificam a gênese de uma nação atrelada à violência.

Esse mecanismo distribui milhões de negros pelo território brasileiro, promovendo um processo de hibridismo ricamente significativo. Subjugada e retalhada em sua condição íntima, a matriz africana influenciou a cultura nacional de forma lenta

e passiva, mas crucial, constante e definitiva, deixando resquícios inapagáveis de uma relação fortemente assinalada pela violência advinda das relações talhadas desde os primeiros contatos. A violência exercida pela superestrutura colonial para com os negros - e os indígenas - no Brasil evidencia-se, efetiva e simbolicamente, nas atitudes abusivas assumidas pelos senhores diante de seus escravos. Além disso, a relação senhor *versus* escravo é naturalmente demarcada pelo domínio do Outro, o que, em si, constitui um ato violento.

A partir dessa percepção, é possível pensarmos o Brasil como uma sociedade construída através de processos que incluíram episódios pontuais de genocídio indígena, tráfico negreiro, cotidiano de mecanismo escravocrata de penalizações e mutilações, patriarcado machista, violações, linchamentos, fanatismos religiosos, massacres e outras formas de autoritarismo. Essa violência, todavia, não se caracteriza como uma idiosincrasia do passado colonial, porque a contemporaneidade convive com políticas repressoras, torturas, chacinas, abusos policiais, truculência militar, agressões ligadas a preconceitos de raça, religião, orientação sexual e abusos a crianças, dentre outros episódios.

Nesse sentido, a violência presentifica-se na cultura nacional desde sua formação, já que o Brasil se originou de uma conquista violenta, caracterizada pela ação maciça da coletividade, engendrando danos em maior ou menor grau à integridade moral, física e imagética daquelas comunidades que compuseram e compõem o mosaico simbólico constituidor da ideia de nação brasileira.

Yves Michaud destaca que

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, criando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 11).

A definição do filósofo ressalta os danos da violência à pessoa. O conceito de violência, no entanto, envolve uma construção sócio-histórica e, por isso, é simbólica, podendo adquirir significados diferentes em grupos sociais diversos.

Candido (1993), ao refletir sobre a censura e a violência, afirma que tanto a violência física como a mental são de ordem social, decorrente esta da desigualdade econômica, mantida por meio da força do Estado e do poder econômico, que exclui

parcela da população da participação na distribuição de renda de forma mais justa. Essa estrutura social advém da organização social erigida ao longo da história violenta do país, o que é expresso nos textos literários. Pela *mise en intrigue* (Ricouer, 1994), a literatura recria esses fatos, as identidades, a cultura, ao organizá-los em um universo diegético, instaurando uma reflexão crítica, refratando-os.

Como ficção entremeada à História, a trilogia *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, apresenta uma leitura da história do Rio Grande do Sul, como explica Regina Zilberman (1992, p. 104):

À moda dos romances de família, o autor retrocede às origens míticas do Estado, situando o patriarca do clã, Pedro Missioneiro, no momento de formação da pátria sul-rio-grandense: as guerras guaranis. A partir dele e de Ana Terra, a grande figura feminina cuja personalidade marca indelevelmente suas sucessoras, como Bibiana Cambará e Maria Valéria Terra, somam-se gerações, cada uma delas vinculada a um período decisivo da história local: a Revolução Farroupilha, a guerra com o Paraguai, as revoluções de 1893 e 1930, as administrações de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Todos estes episódios são experimentados a partir dos reflexos suscitados nos Cambarás. A ascensão da Província vai sendo acompanhada pela paulatina conquista do poder por esta família, e do andarilho Rodrigo Cambará chega-se aos poderosos chefes políticos no final do século XIX, encabeçados por Licurgo Cambará.

A história da família Terra Cambará é metáfora da história do Rio Grande do Sul, de modo que a trama aborda os processos violentos vividos ao longo dos séculos, desde as Guerras Guaraníticas, quando os povos indígenas que viviam na região das Missões Jesuíticas foram expulsos pelas tropas portuguesas e espanholas, por ocasião das decisões em torno do Tratado de Madri, que definiu os limites dos domínios de Portugal e Espanha na América do Sul. Fugido da guerra, Pedro Missioneiro, filho de mãe indígena e de pai branco, é o elemento híbrido que, com Ana Terra, dá início à saga da família. Sua morte por meio de um ato de violência em virtude de sua relação amorosa com Ana Terra é fruto da intolerância e da não aceitação do Outro, que marca fatos subsequentes da história do Estado – e, também, do Brasil.

Nessa perspectiva, este artigo pretende refletir sobre relações de violência que marcam *O Arquipélago*, última parte da trilogia *O Tempo e o Vento*.

A VIOLÊNCIA PERCEBIDA NA TRAMA NARRATIVA

Ao apresentar as distintas ilhas do arquipélago Terra Cambará, a última parte desta obra de Verissimo pode ser lida pelo viés histórico e pelas relações de violência, manifestadas na conformação discursiva das personagens. Ela encerra a narrativa sobre os Terra Cambará, em um Rio Grande do Sul que se encaminha para a modernização. Em 1923, o clã adere às revoltas contra o governo e, após, Toríbio integra a Coluna Prestes. Relata também a participação de Rodrigo no governo de Getúlio Vargas e o período em que a sua família mora no Rio de Janeiro. Em paralelo, são narradas as relações conflituosas entre os integrantes da família, que paulatinamente se desagrega. Entre avanços e recuos no tempo, a narrativa apresenta também *O caderno de pauta simples* e *Do diário de Sílvia*, que registram as impressões pessoais de Floriano e de sua cunhada, respectivamente.

O foco narrativo principal da última parte é a camada social mais bem posicionada, ou seja, a do estancieiro, do político e, especialmente, do homem culto. É a partir desse ponto de vista sobre o mundo que os fatos são expostos, até porque quem narra a saga é Floriano Cambará. É por meio de seu filtro que as ações são representadas, ou seja, pela visão de um escritor, que teve acesso à formação escolar e que foi professor de literatura em universidades americanas.

Entretanto, adotando em grande parte o diálogo direto das personagens, o narrador possibilita a percepção do entendimento da dinâmica das relações sociais no entremeio social de Santa Fé – núcleo espacial onde se desenrola a maior parte das ações. É principalmente nos diálogos que transparecem as distintas visões de mundo das personagens e, portanto, do estrato social em que se inserem, revelando, com isso, relações violentas entre as camadas sociais, entre pessoas de origem étnica distinta e, no plano privado, na hierarquia familiar.

A saga mostra o gaúcho e a história do Rio Grande do Sul, evidenciando os conflitos bélicos ao longo de 150 anos. Assim, a valentia, a coragem, a bravura e a rudeza do gaúcho são valores cultivados pelas personagens, que, em geral, vão à luta com alegria, expondo-se ao perigo. Como extensão de seu corpo, o cavalo é o grande companheiro dos guerreiros, uma vez que é no dorso do animal que enfrenta o inimigo. Tem-se aí uma visão masculina das relações humanas, dos homens que lutam, defendem seus princípios e buscam nas chinas os prazeres do corpo, enquanto as

esposas permanecem encerradas no lar, submissas. Conforma-se, dessa feita, a identidade do gaúcho, o monarca das coxilhas.

Nesse sentido, podemos nos valer da afirmação de Jaime Ginzburg (2012, p. 233), segundo o qual, “em um sentido mais abrangente, nosso passado colonial, escravista, patriarcal, calcado em ações de repressão e violência é o solo sanguinolento em que construímos nossa glória”. Isso é particularmente verdadeiro no Rio Grande do Sul, que tem como maior feriado estadual a comemoração da fracassada Revolução Farroupilha, narrada como empreitada de heroísmo e glória, apesar de ter sido um movimento da elite, em defesa dos próprios interesses econômicos, que vitimou, além dos tantos farrapos pobres, parte do Corpo de Lanceiros Negros, traídos e emboscados no Massacre de Porongos¹.

O Arquipélago inicia com a revolução de 23, quando Licurgo e os dois filhos lutaram contra o borgismo, após Rodrigo abandonar o cargo de deputado, insurgindo-se contra a política de Borges de Medeiros. Esta revolta consistiu ainda em um filamento da Revolução Federalista (1893 - 1895), quando o descontentamento de uma parcela da oligarquia rural do Rio Grande do Sul, contrária ao presidencialismo adotado no Brasil e defensora de um parlamentarismo que possibilitasse maior autonomia aos estados formadores da República Federativa, foi motivador para a eclosão do conflito. A deposição do governador do estado, Júlio de Castilhos, também estava no horizonte de expectativas dos rebeldes, que foram chamados de maragatos² ou federalistas, visto que defendiam maior autonomia das unidades da federação. Contra eles, posicionaram-se os republicanos que apoiavam o governo federal e estadual e que ficaram conhecidos por diversos nomes, como chimangos³, pica-paus, legalistas ou castilhistas, contando com o reforço de tropas do exército federal. Esse episódio histórico é abordado em *O Continente*, nos sete episódios de *O Sobrado*.

¹ O Massacre dos Porongos ocorre em 14 de novembro de 1844, ao final da Revolução Farroupilha, no Cerro de Porongos, então município de Piratini, hoje Pinheiro Machado.

² Os líderes do conflito, entre eles Gaspar da Silveira Martins e Gumercindo Saraiva, estiveram exilados no Uruguai, em uma região colonizada por pessoas originárias da Maragateria (na Espanha). Por isso, os rebeldes foram apelidados de maragatos, numa referência pejorativa a essa identidade estrangeira. O termo foi adotado pelos revoltados que, além do nome, identificaram-se com lenços vermelhos no pescoço.

³ O termo, também escrito ximango, refere-se à ave de rapina encontrada na América do Sul, e foi usado pejorativamente para identificar os combatentes aliados ao governo estadual e federal. Este grupo era conhecido por utilizar lenços brancos no pescoço.

Em uma das passagens, enquanto os Cambará estão na luta, no sobrado, Tio Bicho e Arão Stein conversam sobre a bravura dos líderes da revolta. Adotando pontos de vista contrários, o primeiro afirma as qualidades dos líderes da revolta e seu heroísmo, impregnados dos valores do gaúcho, ao passo que o segundo, a partir de sua visão comunista, defende que o verdadeiro herói é o homem do povo, que vive na miséria e que morre na luta por fidelidade a seus patrões e ao partido, expresso na cor do lenço, o que constitui, segundo a personagem, um mito, uma crença falsa. Stein destaca, ainda, que nada de prático resulta dessas revoluções para o pobre, no máximo, a troca de patrão.

Esse diálogo direto aponta o antagonismo de visões de mundo e permite ao leitor posicionar-se em relação à questão colocada, a qual revela a violência sofrida por parte do homem do povo em meio ao sistema social e ao poder instituído. Neste caso, podemos buscar as reflexões de Marilena Chauí (2017, p. 36) quanto a essa violência do sistema social para com o homem do povo:

É evidente que a violência se opõe à política democrática, uma vez que esta se define pela figura do sujeito político como sujeito de direitos que age pela criação e conservação de direitos contra a dominação dos privilégios, e impede o poder exercido pela força, pela opressão, pela intimidação, pelo medo, pelo terror.

Mesmo lutando contra a dominação de privilégios, o homem do povo não usufrui efetivamente dos resultados positivos dos embates, tendo em vista que os benefícios são destinados à elite, senhores dos mais pobres.

A afirmação da filósofa também é válida para a repressão exercida no governo de Artur Bernardes, que elegeu Washington Luís como sucessor, como reflete Rodrigo: “O país teria provavelmente de aguentar mais quatro anos de estado de sítio, com a imprensa amordaçada, os presídios cheios de prisioneiros políticos e o povo acovardado ou indiferente” (VERISSIMO, p. 243, t. 2). Essa política violenta tem sequência no período do Estado Novo, sob Getúlio Vargas, aliado político de Rodrigo – em *O Retrato*, tomo 2.

Em outra passagem, Rodrigo e Floriano conversam sobre as fraudes nas eleições. O filho lembra quando o pai lhe ordenou que falsificasse votos para que Getúlio Vargas e João Pessoa vencessem as eleições em 1930. Fica claro que de todos os lados havia atos fraudulentos, o que demonstra que o processo democrático carecia de lisura. Diante do questionamento de Floriano, Rodrigo afirma que, como essa democracia era falha,

Getúlio Vargas teria compreendido que o povo não estava pronto para essa forma de governo, de modo a justificar a ditadura instaurada.

Nessa perspectiva, Chauí aponta a ramificação dos interesses privados para o âmbito da coisa pública, ou seja, uma república que, como sistema, é falha, pois o público visa servir o privado e não a coletividade: “conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é *despótica* no sentido etimológica da palavra” (2017, p. 42-43). Os Terra Cambará são estancieiros e líderes políticos que decidem se os partidários devem ou não participar das revoltas e escaramuças, ao passo que, quando necessário, apoiam outros políticos que podem beneficiá-los, como no caso de Getúlio Vargas.

Rodrigo vai com a família para o Rio de Janeiro, onde recebe de Vargas um cartório. Ele aceita o favor político por estar em uma situação financeira ruim naquele momento. O critério de distribuição de cargos e benesses é pautado, pois, por interesses particulares. Em conversa com Tio Bicho, Floriano destaca a desagregação moral a que se entrega o pai nesse novo ambiente e mediante a nova posição:

Pensa na sedução das oportunidades cariocas, as eróticas e as outras... E nos cassinos, e a roleta... E principalmente as fêmeas, e os maridos que chegavam quase a oferecer-lhe as mulheres para obter favores... [...] E mais o gosto da ostentação, a volúpia de gastar, de ser adulado, de se sentir prestigioso, querido, requestado... (2004, p. 107, v. 2)

Pelo benefício por meio de favores políticos, revela-se a violência do Estado, na medida em que é instaurado um sistema fraudulento e excludente, em que a coisa pública é tratada como particular e, portanto, sem levar em conta as necessidades da coletividade para o desenvolvimento mais equânime da malha social.

Ao avaliarmos posicionamentos contraditórios apresentados na obra, ficam evidentes o embate de ideias e a diversidade de concepções de mundo, a partir dos diálogos entre as personagens e pelo fluxo do pensamento, especialmente de Rodrigo e de Floriano. O passado narrado é perpassado pelo olhar polifônico instituído no texto literário e, como afirma Ginzburg (2012, p. 233): “A experiência crua do passado violento e autoritário – incluindo os massacres da inquisição, o escravismo exploratório, a repressão patriarcal – constitui uma série de traumas, em sentido social”. A literatura, nessa perspectiva, possibilita ao leitor rever o percurso histórico e avaliar suas marcas e os filamentos desses traumas que nos alcançam na atualidade.

A estrutura patriarcal estende-se da relação entre patrão e empregado e entre correligionários para a relação entre os cônjuges e para as relações extraconjugais dos maridos. A mulher casada deve ser casta e exercer as suas funções no sentido de satisfazer todas as necessidades do marido, aceitando calada as traições e os desmandos. Isso se percebe na composição sígnica de Flora, esposa de Rodrigo, que, mesmo magoada e desgostosa com o comportamento dele, acaba por silenciar e viver para os filhos, em um casamento infeliz. Ele, por sua vez, relaciona-se com inúmeras mulheres, o que é, segundo sua visão, natural para o homem que se considera “macho”. Ter amantes não constitui, assim, um fator de reprovação da conduta de um homem, ao contrário, revela a sua masculinidade. Em vista disso, no fim da vida, Rodrigo não hesita em trazer para Santa Fé sua amante carioca, fazendo-a desfilar diante do sobrado para que ele a possa ver da janela do quarto, ao que os amigos e os filhos Edu e Floriano fazem “vista grossa”.

No amplo espectro de suas amantes, há as caboclas, ou seja, filhas, em geral, de pessoas humildes, miscigenadas e empregadas dos poderosos. Estas não são evidentemente casadoiras, uma vez que se estabelece aí uma relação de poder do homem da elite para com tais mulheres, o que se constitui em uma forma de violência – sexual e social, pautada no poder do político e do estancieiro. Elas se encontram na estância, nas vielas, nas casas de prostituição, e não constitui crime servir-se desses corpos – assim são compreendidas, ou seja, corpos, como se percebe em: “você sabem onde tem mulher nova terra? [...] Na pensão da Virgínia – disse o barbeiro. – Tem ‘material novo’ lá.” (2004, p. 253, t. 2). O diálogo, como tantos outros na obra, mostra como o homem coisifica a mulher, especialmente a pobre, assujeitando-a.

Floriano, ao descrever o irmão, evidencia a hipocrisia da estrutura patriarcal ao destacar os prazeres da vida de Jango, entre os quais estão: “saber-se coproprietário de vastos campos povoados, essa volúpia de dar ordens, de entregar-se à atividade campeira como o mais excitante e viril dos esportes. De vez em quando uma ‘espiada’ na cidade e – quem sabe? – uma escapadinha sexual, muito discreta, pois um homem deve antes de mais nada manter sua fachada de respeitabilidade...” (2004, p. 294, t. 2).

De um lado, no ofício, Jango é viril e detém o poder sobre outros, como corrobora Sílvia em seu diário: “Gosta de mandar. E, como acontece com a maioria dos patrões, acha que ninguém sabe fazer nada, que os peões são ‘uns índios vadios’”

(VERISSIMO, p. 316, t. 3). O patrão vê os subalternos como incompetentes e os classifica abaixo de sua classe, do ponto de vista étnico. No caso de Jango, esquece que a família Terra Cambará principia com o mestiço Pedro Missioneiro.

Aqui, valemo-nos da reflexão de Jessé Souza (2017, p. 82), segundo o qual,

Em países como o nosso, não há como separar [...] o preconceito de classe do preconceito de raça. É que as classes excluídas em países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploradas.

Tal exploração é ainda mais clara no espaço rural, nas estâncias e fazendas, estruturadas, no tempo da narrativa, quase de forma feudal.

De outro, na vida privada, ocasionalmente, como também é comum entre os patrões, Jango trai a esposa, que, por sua vez, é tratada de forma agressiva pelo marido, que exige malas arrumadas, roupas limpas e apetrechos em ordem. Em seu diário, que é um contraponto ao silêncio de Flora, Sílvia revela com se sente na relação conjugal, neste casamento sem amor, em virtude do qual não sente prazer. Ela se sente aviltada, como fica claro no seguinte trecho: “pânico misturado com repugnância ... e uma certa vergonha, como se eu fosse uma prostituta e estivesse me submetendo àquilo tudo por dinheiro. É horrível quando Jango cresce sobre mim com a segurança e a naturalidade patronal com que costuma montar nos seus cavalos” (2004, p. 315, v. 3). No relato, chama a atenção a seleção lexical – repugnância, prostituta, naturalidade patronal, montar, cavalos – que indica a subalternidade em que ela se encontra, tendo em vista que se percebe como um corpo a serviço dos desejos patriarcais, em um processo de assujeitamento, como é reiterado no seguinte trecho: “O que ele parece querer mesmo é que na hora que me deseja eu esteja a seu lado, submissa. Um cavalo sempre encilhado à porta da casa, pronto para qualquer emergência...” (p. 316, v. 3).

Similarmente ao romance *Amar, Verbo Intransitivo*, de Mário de Andrade, em que o filho mais velho é iniciado sexualmente por uma pseudo governanta, em *O Arquipélago*, Floriano é levado pelo tio, por ordem do pai, a uma casa localizada em uma favela, para sua iniciação. Após circularem por um labirinto de ruelas, chegam à casa, onde o espera uma “rapariga [...] limpa e de confiança. Não é china de porta aberta. Por sinal, mora com a família.” (2004, p. 345, v. 2). No sistema patriarcal, a elite mantém as moças casadoiras encerradas – e “puras” – para pertencerem ao marido, enquanto o

filho homem é francamente levado a perder sua virgindade com “mulheres do ramo”. Podemos pensar nisso como uma forma de empoderamento desse adolescente, que, de um lado, precisa provar-se homem e, de outro, deve saber mais do que a mulher a quem é negado todo o conhecimento sobre o tema, como ocorreu com Sílvia, segundo ela relata em seu diário.

O ponto de vista da moça – a china – evidentemente não tem lugar na obra, mas podemos perceber as pistas deixadas na narrativa de Floriano, ou seja, ela é prostituta, mas vive com a família, segundo informa hipocritamente tio Bio. Em outras palavras, o fato de ela prestar tais serviços em casa, com o consentimento dos pais, é louvável, segundo a ótica própria dessa hierarquia social. Entretanto, a ideia que subjaz a essa caracterização é a da família patriarcal, distante dos padrões morais que publicamente defende. Corroídas pela corrupção, pela hipocrisia e pela exploração, tanto a família Terra Cambará como a família da moça a exploram, o que fica claro pelo número de crianças que vivem na casa e pela presença da avó que a agencia. Certamente, esta também teve tal sina, em um círculo ininterrupto, próprio de sociedades em que os excluídos não têm acesso a formas de ressocialização, tendo em vista que não são percebidos como sujeitos, mas como corpos descartáveis a serem explorados: pela força do trabalho, no caso dos homens, e pela atividade sexual, no caso das mulheres.

AMARRANDO AS PONTAS

Ao engendrar um mundo possível e verossímil, a literatura não copia a realidade empírica, mas oferece um filtro que permite ao leitor, encarregado de atualizar a narrativa, entrever não o mundo como é, mas como pode ser encarado. Com um olhar ora microscópico, ora panorâmico, o narrador escolhe o que narra e com que ênfase e detalhamento, colocando ordem no caos dos fatos, dos sentimentos, de modo a provocar um efeito estético. Este efeito é justamente o engajamento do leitor em relação ao que lê, a partir dos enfoques adotados e da organização discursiva.

Isso é especialmente interessante quando a narrativa refigura o passado (Ricoeur, 1994), tendo em vista que incide sobre a forma como o leitor de antemão percebe esse tempo pretérito e, paralelamente, as identidades em jogo. *O Tempo e o Vento* é magistral nesse sentido, tendo em vista que revisa o passado fundacional do Rio Grande

do Sul, abarcando 150 anos de história, filtrados por meio de distintos e diversos modos de vê-lo e, por conseguinte, de compreendê-lo. Nesse sentido, *O Arquipélago* permite a leitura analítica dessas cosmovisões que problematizam o passado e, de quebra, das relações humanas que o perpassam, as quais são, marcadamente, violentas, de subjugação, expropriação e assujeitamento do Outro.

Podemos destacar, assim, as relações de poder estabelecidas a partir do núcleo geográfico e social de Santa Fé, as quais redundam, no plano público, em conexões políticas muitas vezes escusas e nocivas aos interesses republicanos coletivos. Essas ligações estão embasadas no compadrio (Holanda, 2006), ou seja, nos interesses dos iguais que se unem para atender a seus interesses particulares e, destarte, manter-se no poder.

Esse poder instituído igualmente orienta os vínculos no mundo do trabalho, em que, sobretudo no espaço rural, a dominação do estancieiro sobre o peão caracteriza uma hierarquia que subjuga o mais pobre, configurado como o Outro, destacadamente aquele com traços étnicos distintos, como negros e indígenas, ou o miscigenado, referido como caboclo. Estrutura-se, portanto, uma sociedade patriarcal, cujo centro irradiador é a figura do homem rico dominador, encontrado em inúmeras obras da literatura brasileira, como, entre outras tantas, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, e *Amar, Verbo Intransitivo*, de Mário de Andrade.

Na esfera do privado, a obra apresenta a dinâmica do patriarcado, pela figura de Rodrigo Terra Cambará, caracterizado como o amigo em torno do qual giram os demais aceitos no seu sobrado e como o marido que trai a esposa com inúmeras amantes e que define os rumos dos demais familiares. Esse papel é duplicado pelo filho Jango, que subjuga a mulher, que tal qual sua sogra, Flora, vive um casamento infeliz. Sílvia, no entanto, ganha voz por meio de seu diário, em que aborda os temas mais íntimos e difíceis de sua vida no seio da família Terra Cambará.

Relações de subjugação estão presentes também nos casos de infidelidade de Rodrigo, que, não raro, se vale dos serviços de prostitutas e das filhas dos agregados, as quais são, em geral, mulheres de origem mestiça e sem acesso a condições de vida mais favoráveis, devido à cerrada malha social. Perpetuam-se nessa condição suas próprias filhas e netas, em círculos viciosos de difícil rompimento, dada a inexistência de projetos sociais que as impulsionem a outros patamares.

Apesar de o ponto de vista a partir do qual são narradas as ações ser o da elite, o narrador de *O Arquipélago* possibilita o embate de cosmovisões, que problematizam o passado refigurado, em uma orquestração polifônica de múltiplas vozes. Claro que não as vozes das camadas inferiores da sociedade, as quais estão à mercê da vontade dos poderosos – silenciamento, que, contudo, igualmente fala alto.

TRABALHOS CITADOS

ARISTÓTELES. *Poética*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: _____. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

FINAZZI-AGRÓ, Ettore. Nefas: palavras e imagens da violência na moderna literatura brasileira. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; Ginzburg, Jaime; Hardmann, Francisco Foot. *Escritas da violência*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.v.1.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. RJ: Ed. UERJ, 2013.

KUNZ, Marinês Andrea. *Videiras de Cristal*: a história dos mucker, a partir da literatura. In: NEUMANN, G. R.; MÜGGE, E.; MÜGGE, M. *Migrações alemãs para o Brasil*: História e Literatura. São Leopoldo: Oikos, 2022.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. t.1.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

VERISSIMO, Erico. *O Tempo e o Vento*: O Arquipélago. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.v.3.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

Marinês Andrea Kunz é Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS (1998) e Doutora em Linguística e Letras pela PUCRS (2004). Foi Diretora do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes e coordenadora do curso de Letras (2006-2010), na Universidade Feevale, onde também coordenou o PIBID Letras (2010 a 2013), bem como o PPG em Processos e Manifestações Culturais e o Mestrado Profissional em Letras. Integra o Grupo de Pesquisa Linguagem e Manifestações Culturais e o Grupo de Pesquisa Ficção de Machado de Assis: Sistema Poético e Contexto. É membro da ABRALIC, da APSA - American Portuguese Studies Association e da ANPOLL, integrando o GT Estudos da Narrativa. Atualmente, é professora e pesquisadora do Departamento de Metodologia da Educação, na UFPB. É autora do livro *Mosaico Discursivo: a representação de Jacobina Maurer em textos históricos, literários e fílmicos*, além de capítulos de livros e de artigos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Infanto-juvenil, Leitura, Letramento, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, narrativa, leitura, letramento e ensino.

Cláudia Santos Duarte é Licenciada em História, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2006) e Especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo (2009), pela Universidade FEEVALE. É mestra (2015) e doutora em Processos e Manifestações Culturais - ênfase interdisciplinar em História, Literatura e Comunicação, pela Universidade FEEVALE. Atualmente é professora de História na rede pública de ensino no município de São Francisco de Paula/RS. Contato: cldsduarte@gmail.com